

# Redação

## Exemplar

**Toda ideia  
vale a pena**





**Tema:** Inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil

**Introdução:** A introdução de uma dissertação-argumentativa deve conter: apresentação do tema (contextualização), além de uma abordagem clara e objetiva da tese. No parágrafo introdutório acima, é perceptível que há uma contextualização bem pontuada e referente ao tema, no entanto o direcionamento da tese deve ser mais específico, apontando qual vai ser o afunilamento textual acerca da dificuldade do deficiente físico sobre se incluir na sociedade.

**Desenvolvimento I:** Como abordado no comentário anterior (sobre introdução), é extremamente importante que haja um esclarecimento para o leitor sobre o seu ponto de vista, ou seja, sobre "onde quer chegar" com as suas ideias sobre a temática. Desse modo, na fala do desenvolvimento 1, não é vista uma reflexão sobre o dado apresentado, o que torna o parágrafo expositivo.

1	O artigo 5º da Constituição Federal assegura que todos as pessoas
2	são iguais perante à lei, sem distinção de qualquer natureza. No entanto,
3	o princípio da isonomia, que é garantido de modo igualitário para uma
4	sociedade como um todo, é visto apenas na teoria, porque, na prática, os
5	desequilíbrios sociais são vistos de modos indiscriminados, principalmente
6	sobre a temática do deficiente físico.
7	Em primeiro lugar, é necessário ressaltar as dificuldades que um
8	deficiente físico sofre, quando se tratando de acessibilidade desde o início
9	de sua vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a pessoa
10	com deficiência física possui, em média, apenas 2,8 anos de escolaridade,
11	enquanto a média de uma pessoa sem é de 3,7.
12	A pessoa portadora de deficiência também sofre dificuldades quan-
13	do começa a garantir mobilidade dentro do parâmetro público e urbano
14	que, apesar de haver uma garantia de espaços e atenção para esse grupo
15	social, não é visto do mesmo modo na prática. Essa afirmação pode ser
16	vista pela frase da deputada estadual Mara Gabrilli, cadeirante e militan-
17	te pelos direitos a todos, em que resalta que os motoristas e cobradores
18	de ônibus, muitas vezes, não são treinados e habilitados para operar os
19	veículos adaptados.
20	Percebe-se, então, que a inclusão social do deficiente físico depen-
21	de, em sua maioria, da participação governamental para garantir efeti-
22	vas mudanças nos panoramas apresentados, sendo extremamente impor-
23	tante a continuidade desses projetos já praticados para uma asseguaração
24	ainda maior dos direitos iguais. Desse modo, faz-se necessário desenvolver
25	programas de incentivo de cursos profissionalizantes para os trabalhado-
26	res. É imprescindível que essas medidas passem de opcional para obriga-
27	tório nas profissões que lidam, diariamente, com um grupo que deve, de
28	todas as formas, garantir seus direitos em todo cenário nacional.
29	
30	

**Desenvolvimento II:** Para introduzir um novo argumento (ou seja, um novo desenvolvimento de tese), é necessário que ambas as ideias (desenvolvimento 1 e 2) estejam interligadas. Assim, não é possível perceber essa característica no parágrafo de desenvolvimento 2, uma vez que é apenas abordado o novo tema, sem a utilização de conectivos ou aprofundamentos. Ademais, é necessário ressaltar que, novamente, não há uma interpretação do conhecimento geral trazido pelo autor, sendo, no caso, a frase da deputada estadual.

**Conclusão:** Por fim, para haver uma boa conclusão, é necessário sintetizar os argumentos e ideias vistos ao longo do texto e, apresentar uma proposta de intervenção que irá condizer com as necessidades da temática. Desse modo, não é percebido um aprofundamento a segunda parte da conclusão, ao não estar bem estabelecido quais são, de fato, as intervenções a serem feitas. Que tipo de ações serão promovidas a esse público alvo? Por meio de qual agente?



**Tema:** Inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil

## Sugestão de reescrita:

1	<i>O artigo 5º da Constituição Federal assegura que todos as pessoas são iguais perante à</i>
2	<i>lei, sem distinção de qualquer natureza. No entanto, o princípio da isonomia, que é garantido</i>
3	<i>de modo igualitário para uma sociedade como um todo, é visto apenas na teoria, porque, na</i>
4	<i>prática, os desequilíbrios sociais são vistos de modos indiscriminados, principalmente sobre a</i>
5	<i>temática do deficiente físico que, dificilmente, está inserido em cenários inclusivos e equiva-</i>
6	<i>lentes.</i>
7	<i>Em primeiro lugar, é necessário ressaltar as dificuldades que um deficiente físico so-</i>
8	<i>fre quando se tratando de acessibilidade desde o início de sua vida. Segundo a Organização</i>
9	<i>Mundial da Saúde (OMS), a pessoa com deficiência física possui, em média, apenas 2,8 anos</i>
10	<i>de escolaridade, enquanto a média de uma pessoa sem é de 3,7. Isso é um reflexo do descaso</i>
11	<i>governamental em promover instrutores habilitados para disponibilizar aulas e conteúdos</i>
12	<i>programáticos dentro do ambiente escolar que seja compatível com a dificuldade de cada</i>
13	<i>um.</i>
14	<i>Essa falta de percepção por parte do governo é vista, também, quando a pessoa por-</i>
15	<i>tadora de deficiência começa a garantir mobilidade dentro do parâmetro público e urbano</i>
16	<i>que, apesar de haver uma garantia de espaços e atenção para esse grupo social, não é visto</i>
17	<i>do mesmo modo na prática. Essa afirmação pode ser vista pela frase da deputada estadual</i>
18	<i>Mara Gabrilli, cadeirante e militante pelos direitos a todos, em que ressalta que os motoristas</i>
19	<i>e cobradores de ônibus, muitas vezes, não são treinados e habilitados para operar os veículos</i>
20	<i>adaptados. Sendo assim, vê-se um início de inclusão, todavia, extremamente precário.</i>
21	<i>Percebe-se, então, que a inclusão social do deficiente físico depende, em sua maioria,</i>
22	<i>da participação governamental para garantir efetivas mudanças nos panoramas apresenta-</i>
23	<i>dos, sendo extremamente importante a continuidade desses projetos já praticados para uma</i>
24	<i>asseguração ainda maior dos direitos iguais. Desse modo, faz-se necessário desenvolver pro-</i>
25	<i>gramas de incentivo de cursos profissionalizantes para professores, motoristas e cobradores</i>
26	<i>de ônibus, atendentes e demais serviços para que seja ensinada a conduta necessária para</i>
27	<i>lidar com esse tipo de grupo, como, por exemplo, aulas de LIBRAS. É imprescindível que essas</i>
28	<i>medidas passem de opcional para obrigatório nas profissões que lidam, diariamente, com um</i>
29	<i>grupo que deve, de todas as formas, garantir seus direitos em todo cenário nacional.</i>
30	